



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005688-21.2010.2.00.0000**Requerente:** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - Cfoab**Requerido:** Tribunal Regional Federal 5ª Região**Advogado(s):** DF016275 - Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior e Outros (REQUERENTE)

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - NECESSIDADE DE NOVA PROCURAÇÃO - ATO 313/09 DO TRF DA 5ª REGIÃO - OBEDIÊNCIA ÀS NORMAS REGENTES DE DEPÓSITO BANCÁRIO - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE DO ATO - NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 38 DO CPC. Dispõe o art. 38 do CPC que a procuração geral "ad iudicia" habilita o advogado para praticar todos os atos do processo. Não colide com o Ato 313/09 do TRF da 5ª Região, nem com a Resolução 565/09 do CJF, que estabeleceu, em seu art. 17, § 1º, que o saque de precatórios se fará independentemente de alvará, mas de acordo com as regras aplicáveis aos depósitos bancários. Ora, se os bancos exigem procuração recente para a liberação de numerário, a exigência, de natureza negocial e não judicial, em nada conflita com a norma processual em comento. Nessa linha, seja por se tratar de normas de regência da atividade bancária, seja por não ter qualquer efeito prático o cancelamento do Ato 313/09, na medida em que não repristina o comando do Ato 384/08, a matéria refoge ao conhecimento do CNJ.

Procedimento de controle administrativo não conhecido.

I) RELATÓRIO

O Requerente, por meio de seu Presidente **Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior**, e as demais Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil propõem o presente **Procedimento de Controle Administrativo**, a fim de que seja **revogado o Ato 313/09 do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**, que, por sua vez, teria revogado a alínea "b" do art. 13 do Ato 384/08 do mesmo órgão. Pontuam que o Ato 313/09 retiraria validade da **Resolução 55/09 do Conselho da Justiça Federal** e contrariaria o **art. 38 do CPC**, alusivo aos **poderes legalmente atribuídos ao advogado por procuração**, bem como a decisão emanada do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do julgado no processo CNJ-CONSULTA-0001440-12.2010.2.00.0000, de relatoria do Cons. **Jefferson Kravchychyn**, e do Conselho da Justiça Federal, a teor do Processo Administrativo 2006160654, Rel. Min. **Fernando Gonçalves**. Narram que o Ato 313/09 do TRF da 5ª Região teria **revogado dispositivo que permitia ao advogado, legalmente habilitado nos autos, com poderes para receber e dar quitação, levantar os valores depositados a título de requisições de pequeno valor (RPV) e precatórios**, em favor de seus representados, exigindo a apresentação de **procurações novas** que seriam outorgadas a terceiros para tais fins. Noticiam que a Resolução 55/09 do CJF teria sido editada sem considerar o que fora decidido anteriormente no Processo Administrativo 2006160654 do mesmo Conselho, o qual objetivou a uniformização do procedimento de levantamento de valores depositados a título de pagamento de precatórios e RPVs, permitindo aos advogados habilitados nos autos de execução de sentença levantarem os créditos de seus representados, mediante o uso das procurações constantes dos autos, devidamente validadas pela Secretaria da Vara, já que acordes com o art. 38 do CPC e com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. Em arremate, sustentam que a determinação vertida no Ato questionado **despreza o regular e pleno exercício da advocacia e viola direito líquido e certo** dos advogados já habilitados nos autos de RPVs e precatórios, pugnando, pois, pelo restabelecimento da alínea "b" do art. 13 do Ato 384/08 do TRF da 5ª Região e pela comunicação da desnecessidade de

apresentação de nova procuração aos demais TRFs do País, à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil (REQINIC1).

Intimado o Tribunal Requerido (DESP5), prestou informações pontuando que o **Ato 313/09**, cuja revogação é postulada, teria decorrido de **decisão unânime do Conselho de Administração do TRF da 5ª Região** proferida no Processo Administrativo 2009.00.00.000923-0, segundo a qual se **ajustou o procedimento dos saques** relativos a **precatórios e RPVs** aos moldes da **Resolução 55/09 do Conselho da Justiça Federal**, que tem caráter vinculante, por mandamento constitucional (INF6).

O Requerido, ao anexar o Processo Administrativo 2009.00.00.000923-0 a estes autos, aponta que o **art. 17, § 1º, da Resolução 55/09 do CJF** estabelece que, para **levantamento** dos valores depositados pelos Tribunais Regionais Federais, a título de pagamentos de **precatórios de natureza alimentícia e RPVs**, em instituição bancária oficial, não haverá necessidade de alvará, sendo **regido pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários** (INF7).

É o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Convém transcrever, de início, a normativa envolvida nas indagações dos Requerentes.

O **Ato 313, de 21/07/09, do TRF da 5ª Região**, cuja legalidade é questionada, dispõe, *verbis*:

"Art. 1º. Revogar a alínea "b" do art. 13 do Ato nº 384, de 21 de outubro de 2008, da Presidência desta Corte."

O **Ato 384, de 21/10/08, do mesmo Tribunal**, disciplinou a matéria de requisitórios, relativamente à comunicação de depósitos, bloqueios, desbloqueios, **levantamento de valores**, etc, assentando no dispositivo revogado pelo Ato 313/09 o que segue:

"Art.13. Os advogados legalmente constituídos nos autos originários, com poderes especiais para receber e dar quitação, poderão efetuar o levantamento de valores depositados em nome de seus constituintes:

a) omissis;

b) mediante cópia do instrumento de mandato constante do processo originário devidamente autenticada e validada pela Secretaria." (alínea revogada pelo Ato 313/09 do TRF da 5ª Região).

A **Resolução 55/09 do CJF**, que originou a revogação em liça, assenta, *verbis*:

"Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§ 1º. Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a RPVs serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.

§ 2º. Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará ou meio equivalente.

§ 3º. omissis." (g.n.)

Consoante informou o próprio Requerido, o **Processo Administrativo 2009.00.00.000923-0**, que nele tramitou, estabeleceu o **cotejo entre a Resolução 55/09 do CJF e o art. 13, "b", do Ato 384/08 do TRF da 5ª Região**, a fim de determinar se o quanto previsto neste comando restava **prejudicado** em relação ao estatuído por aquela, concluindo-se afirmativamente e culminando na edição do Ato 313/09 pelo Tribunal.

A **Resolução**, na linha do seu **art. 17, retira**, em relação ao levantamento do precatório de natureza alimentar e RPVs, a **necessidade** de expedição de **alvará judicial**, mas **sujeita o saque** perante o **banco oficial ao cumprimento das normas** incidentes sobre os **depósitos bancários**, as quais **requerem procuração recente e reconhecimento de firma**.

Como se pode inferir, a **exigência de nova procuração** para levantamento do alvará **não se trata de procedimento implementado perante o Tribunal Requerido**. É dizer, não é o Tribunal que exige a nova procuração, mas as normas regentes das operações bancárias de saque em nome de terceiro, depois que o depósito é feito.

A rigor, não estamos diante de violação de prerrogativa de advogado, por suposta inobservância dos poderes cometidos pela procuração, a teor do art. 38 do CPC, mas de **conjugação de medida necessária** ao levantamento dos valores devidos ao **credor representado ou aos seus sucessores**, que, **considerando os anos idos sem pagamento do precatório**, têm, muitas vezes, **difícil localização**.

Apenas *obter dictum*, merece ser ponderado que tal aspecto da matéria objeto deste PCA foi tema de indagação no "**Encontro Nacional do Judiciário sobre Precatórios**", promovido pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, em 30/09/10. Com efeito, a fim de aperfeiçoar a **Resolução 115/10 do CNJ**, foi formulado questionário para que os **56 Tribunais e Observadores** (membros do Ministério Público, Advocacia e Assessores de Tribunais presentes) manifestassem-se, afirmativa ou negativamente, no qual constou a seguinte pergunta:

"Pode-se exigir do advogado, para evitar não repasse de valores ao representado, comprovação da existência do credor ou sucessores, para levantamento do valor do precatório, sob pena de pagamento apenas dos honorários e utilização temporária, até comprovação, da verba para pagar outros precatórios em ordem cronológica, tendo em vista que, em relação aos mais antigos, tem sido difícil localizar o credor?" (Pergunta nº 28 do 4º Painel do Encontro).

Na questão restou expresso o **fundamento** pelo qual se pontuava a **exigência** da comprovação pelo advogado habilitado no processo que deu origem ao precatório **da existência do credor ou sucessores**: a dificuldade de localização dos representados nos precatórios mais antigos, pessoas muitas vezes já falecidas.

Trata-se de **problema concreto não abordado especificamente** pelas normas regentes da matéria atinente ao conteúdo dos poderes da procuração e alinhados **pelo art. 38 do CPC**, invocado pelos Requerentes. O problema foi ocasionado pela **morosidade com que se pagam os precatórios** e, obviamente, não poderia ter sido encampado especificamente pela norma mencionada. Todavia, pode ser resolvido pela conjugação de normas e procedimentos constantes do arcabouço jurídico pátrio.

Em resposta ao questionário aludido, dos 56, **Tribunais 64% (sessenta e quatro por cento)** expressaram-se no sentido de que se **pode exigir do advogado a comprovação da existência do credor ou de seus sucessores**, para levantar o precatório. Do público de **Observadores** presentes, **100% das entidades devedoras e 20% dos advogados presentes** também entenderam pela possibilidade de instituição da medida oferecida. A medida, em verdade, é justa e busca, finalisticamente, a efetivação da entrega do bem a quem de direito. Não é demais mencionar que, não fossem **alguns casos de desvirtuamento de conduta de advogados**, de, uma vez munidos dos poderes especiais do art. 38 do CPC, friamente interpretados, levantar as quantias devidas aos representados e não lhes repassar, não se teria a necessidade de aumentar o cuidado e a prevenção nas hipóteses de levantamento em que tais.

De toda sorte, no que toca ao **levantamento apenas dos honorários advocatícios**, a **Resolução 55/09 do CJF** preserva-os quando assenta em seu **art. 5º e § 1º, verbis**:

*"Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da expedição da requisição.
§ 1º Juntado o contrato, cabe ao juízo requisitante efetuar o destaque na mesma requisição de pagamento do exequente, e ao tribunal, efetuar o depósito em nome do advogado.
§ 2º omissis
§ 3º omissis."*

Nessa linha, se o advogado utilizar-se dos procedimentos aludidos pode individualizar o depósito em seu nome, mesmo quando não localizado o credor representado, salvaguarda seus honorários contratuais.

Pontue-se, finalmente, que a **Consulta** a que se reportam os Requerentes (CNJ-CONSULTA-0001440-12.2010.2.00.0000, Rel. Cons. **Jefferson Kravchychyn**), que se **lastrearia em precedente deste Conselho** que teria decidido sobre a existência de violação de prerrogativa dos direitos do advogado que, munido de

procurações com poderes bastantes para levantar o valor do precatório em nome do representado, é impedido de realizá-lo, **não teve a força normativa e vinculante cometida pelo art. 89, § 2º, do RICNJ**, porque **respondida monocraticamente**. Ademais, o **precedente** a que se remete a Consulta **não tratou do problema material** aqui pontuado e atinente à **difícil localização do credor representado**, nem das considerações do **art. 17 da Resolução 55/09 do CJF**, limitando-se à interpretação dos fatos ali narrados pelo prisma do art. 5º da mesma norma. Eis a ementa:

"Procedimento de Controle Administrativo. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ofício circular 53/2008/CGJ/TJSC. Expedição de Alvará. Intimação de advogado para apresentação de dados bancários da parte. Direitos do Advogado. Lei 8.906/94. Procedência. – "1) Pretensão de desconstituição da determinação da Corregedoria-Geral do TJ/SC aos cartórios judiciais, no Ofício Circular nº. 53/2008/CGJ/TJ-SC, de 14.07.2008, no sentido de que, na ausência dos dados do beneficiário do alvará, seja intimado o advogado da parte para que forneça tais informações. 2) Se o advogado possui poderes especiais para receber e dar quitação, não é válido o ato restritivo da possibilidade de expedição, em seu nome, de alvará para levantamento de crédito. 3) É necessária a expedição de novo ato pela Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, em substituição ao Ofício Circular nº. 53/2008/CGJ/TJ-SC, com o sentido de afastar interpretações restritivas do direito dos advogados à expedição de alvará em seu nome, quando detenham poderes especiais para receber e dar quitação. Procedência do pedido" (CNJ – PCA 200910000023502 – Rel. Cons. José Adônis – 90ª Sessão – j. 15.09.2009 – DJU 18.09.2009).(grifou-se)".

Assim sendo, não emitido pronunciamento vinculante do CNJ em relação ao disposto no art. 17 da Resolução 55/09 do CJF, que originou a revogação da não exigência de procuração nova para levantamento de precatório pelo advogado perante a instituição bancária, procede a apreciação, nos termos em que aqui lançada, feita neste PCA.

Ainda que assim não fosse e apesar de se tratar de matéria estranha ao conhecimento do CNJ, na medida em que se dirige a **normas regentes da atividade bancária**, o cancelamento do Ato 313/09 do TRF da 5ª Região não faria com que o dispositivo do Ato 384/08 fosse repristinado, como pretende o Requerente, não tendo, pois, resultado útil, pelo que o tema não é passível de conhecimento por este Conselho.

Diante de todo o expandido, não vislumbrando a vulneração das prerrogativas de advogado pelo TRF da 5ª Região, nem, por consequente, a ilegalidade do Ato 313/09 deste Tribunal, por amoldamento do Ato 384/08 à Resolução 55/09 do CJF, **NÃO CONHEÇO** do presente PCA.

MIN. IVES GANDRA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por Min. IVES GANDRA em 10 de Novembro de 2010 às 14:50:02



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**
30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **387247**



10111014502000000000000386539